

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN

A HISTÓRIA DA USINA JOAQUIM ANTONIO

Autor: Agnaldo Reis dos Santos

Orientador: Prof. Mestre Carlos Ximendes

São Luís
2006

AGNALDO REIS DOS SANTOS

A HISTÓRIA DA USINA JOAQUIM ANTONIO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em História do Maranhão da Universidade Estadual
do Maranhão – UEMA.

Orientador: Prof. Mestre Carlos Ximendes

São Luís
2006

SANTOS, Agnaldo Reis dos

A história da Usina Joaquim Antonio. A mão-de-obra empregada, sucessão administrativa e sua contribuição para a formação do município de Central do Maranhão / Agnaldo Reis dos Santos – São Luís: UEMA, 2006.

50 fl.

1. Origem e desenvolvimento – Usina Joaquim Antonio. I. Título.

CDU: 338.45:633.61 (812.11) (021)

AGNALDO REIS DOS SANTOS

A HISTÓRIA DA USINA JOAQUIM ANTONIO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito para obtenção do título de Especialista em História do Maranhão.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

A História da Usina Joaquim Antonio e sua contribuição para a economia maranhense do século XIX, e primeira metade do século XX, para o surgimento do município de Central do Maranhão, através da memória das pessoas que tiveram contato com a História da usina e seus proprietários.

Palavras Chaves: Usina. Economia. Engenho. Memória.

ABSTRACT

The History of the Plant Joaquim Antonio and its contribution for the maranhense economy of century XIX, and first half of century XX, for the sprouting of the city of Central office of the Maranhão, through the memory of the people who had had contact with the History of the plant and its proprietor.

Keywords: Plant. Economy. Device. Memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 A ECONOMIA DO AÇÚCAR NO MARANHÃO	09
2.1 A criação de engenhos centrais.....	10
2.2 A mão-de-obra da economia açucareira	13
3 A FUNDAÇÃO DA USINA JOAQUIM ANTÔNIO	16
3.1 O senhor Joaquim Antonio Viana	17
3.2 As relações sociais na usina.....	20
3.3 Estrutura organizacional e produtiva da usina.....	23
4 A CRISE DOS ENGENHOS CENTRAIS E A FALÊNCIA DO ENGENHO CENTRAL JOAQUIM ANTONIO	27
5 CONTRIBUIÇÕES DO ENGENHO JOAQUIM ANTONIO PARA AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICA DO LOCAL	31
5.1 As novas relações de trabalho.....	31
5.2 O surgimento da Feira de Central.....	32
5.3 Organização do município de Central do Maranhão.....	33
6 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
APÊNDICES	39
ANEXOS	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se destina a contar a História da Usina Joaquim Antonio, situando-a no contexto econômico da província do Maranhão, prolongando-se do início da segunda metade do século XIX até o início da segunda metade do século XX (1860-1962).

Estarão sendo usadas fontes bibliográficas e entrevistas com antigos moradores do local que conheceram a usina ainda em funcionamento e que recordam dos relatos contados por seus pais e avós, que na maioria delas, foram escravos do senhor Joaquim Antonio Viana.

De acordo com o poeta e historiador Paulo Oliveira a Usina Joaquim Oliveira teve grande importância no cenário econômico do Maranhão no setor açucareiro, afirma que ela chegou a ocupar o segundo lugar em produção no Maranhão só perdendo para o então Engenho Central São Pedro em Pindaré, mas que, no entanto, esta usina, como as demais aqui existentes, sofriam com as altas dos juros cobrados pelos bancos e com a venda do produto antecipado, a falta de reposição de máquinas e aquisição de técnicas novas, e ainda a abolição da escravidão em 1888 (OLIVEIRA, p.1992, p.39).

Diante deste quadro econômico, os governos central e provincial resolveram investir no setor açucareiro concedendo empréstimos a juros mais baixos e criando os engenhos centrais (VIVEIROS, 1964, p.518).*

A descentralização dos engenhos do Vale do Itapecuru, que ocorreu após a expulsão dos holandeses do Maranhão em 1644, a partir de 1681, a localidade de Guimarães foi beneficiária com a instalação de vários engenhos produtores de açúcar. (VIVEIROS, 1992, p.34).

Dentre os quais, destaca-se a Fazenda Pindaíba, local onde Joaquim Antonio implantou sua usina em 1860.

* Estas fontes bibliográficas estarão sendo transcritas no corpo do trabalho

No período entre 1755 a 1820 o Maranhão prosperava com a lavoura do algodão, a exemplo disso, temos a construção dos casarões da Praia Grande, filhos da terra indo estudar na Europa, mas quando esse produto deixava de ser um produto competitivo no mercado internacional, devido à baixa qualidade do produto aqui produzido, os fazendeiros passaram a investir mais recursos na lavoura açucareira, instalando novos engenhos o que eleva a produção açucareira da província. No entanto, a partir de 1850, com a desagregação do sistema escravista e o contínuo deslocamento de mão-de-obra do Maranhão para áreas em desenvolvimento, especial a Região Sudeste, iniciou-se um processo gradual de falência no setor açucareiro, que acelerou-se ainda com a abolição da escravidão (RIBEIRO, 1990, p.51).

Estaremos, portanto, abordando neste trabalho a história do Engenho Joaquim Antonio e suas contribuições para a economia do Maranhão, e as transformações ocorridas no engenho no que diz respeito à mão-de-obra,⁶ as administrações.

De acordo com o depoimento de Raimundo Bezerra Costa, o senhor Joaquim Antonio foi um senhor de engenho “que tratava com certo respeito seus escravos”. Isso mostra que permanece a idéia que Joaquim Antonio conversava com seus escravos, e mais tarde trabalhadores assalariados, que permitia aos escravos expressarem sua cultura com a realização de rituais religiosos e festas, sem abrir mão de suas obrigações como católico das práticas de sua religião, que eram obrigatórias a todos os seus comandados dentro dos seus domínios. Este pela força dos seus conhecimentos técnicos, estabeleceu uma estrutura funcional de produção, e para isso mandou construir um açude para servir de reservatório de água, que é ligado através de canal com o Rio Bandeira, utilizando um sistema de comportas para regular o nível das águas que eram utilizadas na irrigação dos canaviais, para o funcionamento das máquinas que na primeira fase da administração de Joaquim Antonio eram hidráulicas, e no transporte da lenha a ser utilizada na usina e no transporte da produção até o Rio Bandeira, de onde era levada de barco para São Luís, Belém e Parnaíba. (Ribamar da Costa)

Após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, surgiu um novo relacionamento sócio-econômico, o trabalho compulsório tornou-se assalariado, o

que possibilitou a circulação monetária entre esses trabalhadores, surgindo a necessidade de aquisição de sua própria alimentação, e vestuário, foi neste momento que surgiu a cantina da Usina Joaquim Antonio, onde os trabalhadores se aviavam e era descontado do salário no final do mês. Mas essa cantina não oferecia todos os produtos de que os trabalhadores precisavam, foi isto que favoreceu o aparecimento de vendedores ambulantes, que só aumentava o número a cada semana, tanto de vendedores quanto de produtos oferecidos. Dessa forma surgiu a conhecida Feira de Central, que se instalou em frente ao galpão da fábrica. Convém esclarecer que essas atividades comerciais contribuíram para o crescimento do povoado, e com isso a economia local foi se diversificando e adaptando-se à nova realidade sócio-econômica.

O tema aqui abordado, a história da Usina Joaquim Antonio constitui-se um grande desafio não só pela escassez de informações bibliográficas, mas por outro lado pela riqueza das informações orais. Portanto, espero com este trabalho, contribuir para um melhor conhecimento da história do Engenho Central Joaquim Antonio. Pois este trabalho está voltado para mostrar como as pessoas guardam na memória, a história da usina, da relação de trabalho, da produção e a evolução do lugar.

2 A ECONOMIA DO AÇÚCAR NO MARANHÃO

A indústria açucareira que foi resultado da monocultura da cana-de-açúcar escolhida pela coroa portuguesa para efetivar a colonização no Brasil custou a chegar no Maranhão, somente no século XVII iniciou-se o beneficiamento do açúcar com a instalação dos primeiros engenhos, conforme cita VIVEIROS (1992, p. 33, 34):

A evolução do comércio do açúcar não foi mais fácil que a do algodão. No Maranhão o primeiro engenho de açúcar data de 1622, foi seu fundador Antônio Muniz Barreiros; que o localizou à margem do Rio Itapicuru. Na época da invasão holandesa. 1641, já existiam, naquela redondeza cinco estabelecimentos deste gênero, que foram fintados em 6.000 caixas de açúcar; segundo o Conde da Ericeira, ou 5.000 arrobas, como afirma Berredo, ou ainda 6.400, na estimativa do padre José de Moraes. (...), essas primitivas fábricas de açúcar não passavam de simples molinetes movidos por animais não havendo nenhum acionado por força hidráulica do tipo chamado engenho Real, que permitia maior produção.

A produção açucareira que foi a base econômica para a colonização do Brasil, era o produto mais atraente na época no mercado mundial, custou a chegar no Maranhão, custou quase um século, somente a partir de 1622 inicia a instalação dos primeiros engenhos em solo maranhense, a produção açucareira ainda incipiente, mas esta pequena produção era de suma importância para incluir a província no rol das produtoras de açúcar.

Mas como se vê os engenhos de açúcar aglomeravam-se numa única zona, o Itapicuru. Procurou-se corrigir esse erro, depois da expulsão dos holandeses a provisão do rei de Portugal data de 3 de novembro de 1681, visando-se levantar engenhos de açúcar pela terra a dentro, visto que da sua demasiada vizinhança resultava a escassez de lenha para o fabrico. A medida foi producente, pois com ela dilatou-se a região açucareira do Estado. " (VIVEIROS, 1992, p. 34)

A medida tomada pelo rei de Portugal no ano de 1681 visava à criação de novas unidades produtoras de açúcar, objetivando o aumento da produção. Para isso, concedeu empréstimos e incentivou a aquisição de novas máquinas, com a

finalidade de aumentar a produção que o mercado esperava, tanto o interno quanto o externo e o maior interesse de Portugal era devido os lucros que obtinha com a intermediação do produto brasileiro no mercado europeu. A medida também permitiu um maior aproveitamento do solo e das reservas vegetais, como era o caso da lenha que se tornava escassa devido a aglomeração dos engenhos, de modo que passava a ser disputada, tornando-se motivo de conflitos entre senhores de engenho e, os próprios escravos passavam a manter contato, o que se tornava um fator agravante para as fugas e rebeliões.

A medida foi executada e seus efeitos foram imediatos, terras foram distribuídas e os seus novos proprietários iniciavam novas unidades produtoras de açúcar, nesse sentido, VIVEIROS registra o seguinte:

O jesuíta João Filipe Bettendorf dá-nos notícias de que em 1684 existiam fábricas de açúcar no Vale do Mearim, quando narra ter sido Manoel Bequimão proprietário de uma que tinha o nome de Vera Cruz. Não tardou muito que a indústria apareceu no Pindaré e em Guimarães, nas famosas residências dos filhos de Santo Inácio. (VIVEIROS, 1992, p.34)

Como podemos observar, no final do século XVII, as terras do Vale do Mearim e Guimarães foram utilizadas pelos senhores de engenhos para a montagem da empresa monocultora da cana-de-açúcar; inicialmente foram instalados engenhos movidos à força animal, com pouca produtividade, depois de meio século foi introduzido na Região de Guimarães usinas movidas à força hidráulica, estas duas regiões se tornaram as mais importantes produtoras de açúcar no Maranhão

2.1 A criação de Engenhos Centrais

No início da segunda metade do século XIX, estabeleceu-se uma crise no setor açucareiro, a crise era maior a nível de qualidade do que na quantidade da produção, levando a falência de vários engenhos, tanto a nível provincial como a nível nacional, como foi o caso do Engenho de Monte Carlos nas redondezas de

Central, segundo informações de entrevistados como Liro Guedes, uma vez que os engenhos não estavam dando lucro, haja vista que o mercado competitivo exigia um produto de melhor qualidade (o que eles não tinham condição imediata de oferecer), a falta de modernização das máquinas e ainda, ausência de novas técnicas e a grande concorrência com as Antilhas.

Conjugado os esforços do governo provincial em recuperar a economia do Maranhão, face a concorrência do mercado internacional que sofriam seus principais produtos de exportação, parte dos comerciantes e proprietários rurais, estimulados pela possibilidade da produção açucareira nos anos setenta, se decidiu pela modernização dos engenhos (RIBEIRO, 1990, p.76).

No final da primeira metade do século XIX a economia açucareira do Brasil não ia bem devido a falta de investimento e a concorrência, a mão-de-obra cada vez mais difícil, medidas anti-escravistas eram tomadas, como a “Bill Aberdeen” (1845) imposta pela Inglaterra para coibir o tráfico de escravos. A lei nacional de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós) e seguiram outras como a do “Ventre Livre” (1871) e do “Sexagenários” (1885). Dessa forma se agravava cada vez mais a situação, o governo brasileiro procurou reagir a situação.

Logo, entre os inúmeros projetos para o reerguimento da economia provincial, surgiram os de criação de engenhos centrais, como solução segundo os seus adeptos, para romper a rotina dos processos até então empregados, visando enfrentar a produção de similares no mercado externo, uma vez que a racionalização da produção, através de tais estabelecimentos, reduziam os custos do produtor. (RIBEIRO, 1990, p. 76)

Havia a necessidade de modernização dos engenhos no Brasil era mais que visível, no Maranhão a situação dos engenhos era ainda mais drástica, muitos engenhos já haviam fechado as portas e outros estavam à beira da falência. Sem dinheiro para pagar os fornecedores e trabalhadores, não viam alternativas para continuar a produção. Daí a província e o próprio Governo Central passaram a investir, através de empréstimos na usina que quisesse se transformar em engenho Central, sendo que este passaria a receber a produção de outras usinas vizinhas ao Engenho Central, estas outras usinas foram chamadas de fazendas obrigadas,

algumas delas produziam o açúcar bruto e outras só plantavam e forneciam a cana-de-açúcar ao engenho central, que beneficiava, a exemplo do Engenho Central São Pedro em Pindaré, que teve as suas máquinas adquiridas da firma inglesa “Fawcet Preston & Cia” (CALDEIRA, 1988, p.42). Portanto, a participação do governo provincial em socorrer e incentivar as usinas açucareiras do Maranhão foi fundamental para a continuidade da produção açucareira.

Por isso, a Assembléia Provincial aprovou a Lei 1.107, de julho de 1875, que autorizava o presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches a garantir juros de 7% ao ano sobre o capital de 500.000\$000 r\$. Para o assentamento de uma máquina a vapor de moer cana e preparar açúcar denominada, Fábrica central. (MARANHÃO, Leis, Decretos. 1875,)

Dessa forma, registrou-se o empenho da Província em restabelecer a indústria açucareira do Maranhão, incentivando-a através de empréstimos, de uma quantidade significativa de 500 Mil Réis e com juros iniciais de apenas 7% anuais, com a condição dessas usinas se tomarem centros de produção e aperfeiçoamento do açúcar, e passaria a se chamar Engenhos Centrais.

Por outro lado, o governo imperial, também logo ocorreu com seus próprios subsídios aos engenhos centrais, através da Lei 2.687, de 6 de novembro de 1875 e do Decreto 8.357 de 24 de dezembro de 1881, proporcionando, assim, grande incentivo à lavoura canavieira. (VIVEIROS, 1964. p.518)

A exemplo da província do Maranhão o governo central também estava interessado em salvar a produção açucareira do Brasil, o Maranhão percebeu a tempo que deveria fazer alguma coisa para socorrer o setor produtivo de açúcar da província, tendo em vista que sem a produção de açúcar a província perderia os impostos provindos da produção do açúcar e ainda teria que importar parte do açúcar a ser consumido na província.

O Governo Central vendo que a produção açucareira era deficitária a nível nacional também passou a investir na produção açucareira e emprestar dinheiro para que os engenhos retomassem a produção. Neste contexto, surgiram os Engenhos Centrais, com a finalidade de concentrar a produção, modernizar as

máquinas, transformar as operações de hidráulica, como era o caso da Usina Joaquim Antonio. A operação a vapor e finalmente preparar o setor para enfrentar o mercado competitivo externo.

Segundo Caldeira, a proposta criada em 1875 de Engenhos Centrais foi recebida com resistência pela maioria dos produtores de açúcar, pois não estavam dispostos a se tornarem apenas fornecedores da matéria-prima aos Engenhos Centrais, os que se interessaram incentivados pelos comerciantes importadores-exportadores, não conseguiram êxito, nos informou que os lavradores de cana de Pedreiras dirigiram-se ao Governo Imperial, informando-o de sua pretensão e lhe solicitaram conceder-lhes os benefícios daquela Lei. Porém, nada conseguiram e abandonaram esse seu propósito (CALDEIRA, 1988, p.24) chegaram a conclusão que deveriam em vez de montar cinco engenhos centrais como era a proposta inicial do grupo de produtores e importadores-exportadores optaram pela montagem de apenas um engenho nessas condições, e que seria a região do Mearim. Este engenho, o denominado Engenho São Pedro iniciou suas atividades como Engenho Central em 1884 (CALDEIRA, 1988, p.49). Segundo Oliveira a Usina Joaquim Antonio só foi transformada em Engenho Central em 1892.

2.2 A mão-de-obra da economia açucareira

O forte da economia açucareira foi a mão-de-obra escrava. A escravidão no Brasil se confunde com a própria colonização e seu desenvolvimento econômico.

Com a decisão de Portugal em colonizar o Brasil, fez-se a divisão das terras, que foram entregues aos latifundiários e a monocultura escolhida para empreender a colonização foi a cana de açúcar, para executar o plantio foi necessário grande quantidade de mão-de-obra, no início houve a escravização do indígena, logo por motivos econômicos Portugal fez a opção pela mão-de-obra africana.

A escravidão transformou o africano em uma simples “mercadoria” que podia ser comprada, trocada, empenhada ou vendida. Era considerado apenas um instrumento de trabalho, que não merecia qualquer respeito. No julgamento dos

traficantes e compradores era reduzido à condição de “coisa”, digno dos mais diversos castigos físicos e psicológicos, era assim o tratamento dispensado àquele que era o elemento principal da cadeia produtora do engenho.

Com a proibição da escravatura em 13 de maio de 1888, os trabalhadores foram assalariados e outros passaram a trabalhar por produção. A partir de então, acelerou-se o processo de decadência dos engenhos. O Engenho Joaquim Antonio foi um dos que mais resistiu à crise, sem os escravos. Os ex-escravos que deste senhor voltaram do Amazonas foram reintegrados ao trabalho do engenho, agora na condição de trabalhadores assalariados. Chegaram também trabalhadores vindo do Piauí e do Ceará, e outros procedentes da Baixada Ocidental Maranhense, e outros trabalhadores do local, sendo que a maioria prestava serviços esporadicamente e por produção (conforme Ribamar Costa), Dessa forma, o engenho continuou suas atividades passando por altos e baixos em questões de produtividade e financiamento, até chegar a sua falência em 1962.

O tratamento dispensado pelos senhores de engenho aos escravos eram de conhecimento nacional. Após a declaração da Lei Áurea, assinado pela Princesa Isabel, os ex-escravos queriam desligar-se completamente da antiga condição de submissão, e iniciar sua nova condição de vida livre e longe do antigo senhor, dessa forma se estabeleceram em terras devolutas, formaram redutos, a exemplo de Frechal que já existia antes da abolição.

“O destino dos ex-escravos variou de acordo com a região do país, no Nordeste, transformaram-se em regra, em dependentes dos grandes proprietários. O Maranhão representava uma exceção, pois aí os libertos abandonavam os fazendeiros e se instalavam nas terras desocupadas como posseiros.” (BORIS, 1994, p. 129).

No entanto, quanto a esta realidade verificada no Maranhão teve-se como exceção a localidade de Central, diferentemente desta situação, os ex-escravos de Joaquim Antonio se reintegraram no serviços do engenho e passaram a prestar serviços como trabalhadores livres, sendo assalariados. Como informa Paulo Oliveira (1992, p.44 e 45)

Portanto, a Usina Joaquim Antonio constitui-se uma exceção, no Maranhão, quanto a decisão dos ex-escravos em continuarem trabalhando na referida usina. Por isso, a oferta de mão-de-obra não sofreu tanto após a abolição da escravidão. Enquanto que em outros engenhos, como o engenho do Coronel José Coelho de Sousa e sobrinho (Frechal) e o de Antonio Franco de Sá Ribeiro (Perimã) entre outros, ficaram sem mão-de-obra. A Usina Joaquim Antonio continuou produzindo açúcar, os problemas ali existentes não era a falta de mão-de-obra, mas como pagá-la, problema que afetou todos os demais proprietários da usina citada, no início da administração do senhor Abelardo Ribeiro 1930-1962. Conforme relato de João Nascimento Viana.

“Haviam cerca de quatrocentas pessoas trabalhando diretamente na fábrica e outras trezentas que prestavam serviços, fornecendo lenha, cana, transportando esses produtos, e ainda informam que nessa época uma grande parte do trabalho era feito por mulheres, e empregava-se o serviço de crianças e adolescentes, sendo que a maioria destes trabalhavam ajudando os pais”.

3 A FUNDAÇÃO DA USINA JOAQUIM ANTÔNIO

Os lucros obtidos com a lavoura do algodão, levou muitos fazendeiros a investirem na lavoura do açúcar, quando o algodão não mostrava-se um negócio tão rentável, outro fator foi a formação técnica que os filhos de fazendeiros adquiriam estudando na Europa (VIVEIROS, p.207), estes fatos atraía os homens de recursos financeiros a investirem nesse setor produtivo, que lhe daria de volta lucro, reconhecimento na região e até mesmo na província.

Estes e outros fatores fizeram surgir na província do Maranhão até 1860 cerca de 410 engenhos de açúcar, em 1870 já eram 500 unidades produtoras (VIVEIROS, 1992, p.206,207).

Era realmente um bom investimento, a terra e o clima eram favoráveis e o mercado tanto o interno quanto o externo estavam pelo menos provisoriamente garantidos.

A fortuna dos lavradores permitia-lhe a possibilidade de enviarem seus filhos estudarem nas universidades na Europa, isso era de modo geral exemplo de prosperidade do senhor, e elevava ainda mais o seu status. De regresso à província natal, ou adotada, muitos desses rapazes, rejeitavam propostas de emprego público nas capitais das províncias, para dar continuidade ao trabalho do pai, ou montar sua própria fazenda (VIVEIROS, 1992, p.207).

Segundo Moreira Neto (1980, p.16) "Joaquim Antunes" foi um desses rapazes que saiu para adquirir maiores conhecimentos na Europa, e de volta ao Brasil instalou sua usina nas redondezas de Guimarães, na fazenda Pindaíba onde fabricava o açúcar a vácuo e a sua fundação data de 1860, em 1861 já aparece como um dos engenhos de açúcar movido por água (Apud Moreira Neto, 1980, p.16).

3.1 O Senhor Joaquim Antonio Viana

Joaquim Antonio formou-se na Holanda, onde existia um desenvolvimento tecnológico e científico voltado para a produção e transformação da matéria-prima do açúcar em produto industrializado. Os holandeses que já haviam dominado a produção e o comércio do açúcar no nordeste do Brasil, mas que haviam sido expulsos pelos portugueses, após a União Ibérica (1580-1640), mas como o negócio do açúcar era lucrativo, continuaram investindo esforços para reaver o mercado brasileiro.

A influência e tradição holandesa continuou atraindo jovens de quase todas as partes do mundo, durante séculos às suas universidades, razão pela qual Joaquim Antonio foi estudar engenharia hidráulica ali na Holanda na década de 1850

Fundador da Fazenda Pindaíba, que, mais tarde, conhecida por usina Joaquim Antonio, tornou-se a mais importante produtora de açúcar da região e a segunda maior do estado, perdendo apenas para a região do Pindaré. Joaquim Antonio Viana formou-se em engenharia hidráulica na Holanda e de regresso, instalou-se na próspera região onde fundou a dita fazenda, a qual, pela sua estratégica situação e importância comercial transformou-se na mais destacada feira dominical da baixada ocidental maranhense, conhecida comumente por feira de Central (OLIVEIRA, 1992, p.39)

Paulo Oliveira, historiador e poeta, autor de várias obras literárias a esta citada de cunho histórico, nos da conta que foi o próprio Joaquim Antonio, proprietário da Fazenda Pindaíba, quem fundou a usina que leva o seu nome. Conhecido também como capitão Joaquim Antonio, ao chegar por aqui, procurou aplicar seus conhecimentos para extrair da terra a matéria-prima que seria transformada em açúcar, que prometia no momento lucro, além da ascensão sócio-econômica, o que lhe garantia visibilidade no cenário provincial.

Os moradores mais antigos de Central, como Lino Guedes, Ribamar Costa e outros contam com saudade, que ouviram de seus avós que Joaquim Antonio, percebendo a fertilidade do solo, um massapé próprio para a plantação de cana-de-

açúcar, não perdeu tempo em construir um açude, um canal e duas comportas, uma na saída do açude e outra no final da “vala”, (canal aberto de 6km) desembocando no rio Bandeira, que foi aberta para servir de canal para transporte de lenha, da produção para os barcos que esperavam ancorados às margens do rio Bandeira, essa vala servia além de via de transporte, como para irrigar os canaviais através das várzeas que foram rasgadas de 50 em 50 metros, e que ali estão até hoje, e servia principalmente para mover as moendas.

Segundo estes depoimentos Joaquim Antonio foi um senhor que soube usar bem seus conhecimentos em benefício próprio, que procurou alimentar de maneira adequada seus escravos, porque sabia que o escravo bem alimentado e satisfeito trabalhava mais e melhor e não procura fugir e nem se rebelar. (João do Nascimento Viana)

Analisando estas informações, entendemos que, pelo fato de Joaquim Antonio ter estudado na Europa, em contato com os movimentos anti-escravistas ali existentes, foi influenciado por eles, o que proporcionou essa flexibilidade no tratamento com seus escravos. Isso prenunciava a nova ordem trabalhista, a iminente abolição da mão-de-obra escrava, e procurava tirar proveito dele, como nos evidencia a citação abaixo:

Ante esta realidade nacional, inteligente foi Joaquim Antonio Viana, proprietário da usina açucareira em central, o qual aconselhado pelos seu filho que estudava em Lisboa, Roberto de Sá Viana, meses antes da proclamação da Lei Áurea, vendeu todos os seus escravos para um rico fazendeiro amazonense. Consta que antes de entregar a mercadoria reuniu todos os seus escravos no terreiro do casarão da usina, e explicou-lhes francamente que todos seriam vendidos, que deveriam viajar em companhia de um novo dono para as pragas do amazonas; que porém, ninguém se preocupasse que estava para ser assinada uma lei que iria libertar todos os negros do Brasil e que essa bendita lei, caso desejassem retornar para o Maranhão a fim de novamente trabalharem em sua usina em central, ele os receberia de braços abertos e, pois como ele era um senhor benquisto por todos, concordaram plenamente (OLIVEIRA, 1992. p.44,45)

Como se pode constatar, Joaquim Antonio recebeu informações privilegiadas sobre a abolição da escravidão, que vinha sendo questionada pelos abolicionistas e por outro lado, escravistas, senhores de engenho que não queriam perder seus investimentos e privilégios.

As informações de José Roberto de Sá Viana, estudante em Portugal, renderam a Joaquim Antonio seu pai a possibilidade de vender seus escravos a fazendeiro amazonense. Essa venda contribuiu para a continuação das operações produtivas no engenho, enquanto muitos ex-senhores de escravos procuravam serem indenizados pelo Governo, da perda de seus ex-escravos. Joaquim Antonio não teve esse problema, com o dinheiro em mãos, pode investir na aquisição de mão-de-obra assalariada e assim não ter interrupção na produção de açúcar no seu engenho. Joaquim Antonio fez ainda mais, reunia seus escravos, antes de entregá-los ao senhor amazonense e explicou-lhes as razões da venda, e ofereceu-lhes a oportunidade de regressarem à sua usina, onde seriam recebidos de braços abertos e como trabalhadores livres e assalariados, ficaram assim combinados.

E, quando explodiu a notícia da criação da bem-aventurada lei, a 13 de maio de 1888 todos seus ex-escravos retornaram do Amazonas para o velho convívio da senzala centralense. Porém, como cidadãos livres e fraternos ao seu ex-proprietário (OLIVEIRA, 1992, p. 45)

Estas informações bibliográficas, conjugadas com as informações orais nos dão a idéia de que Joaquim Antonio era um senhor obedecido não pela intimidação e coação, mas que usava a arma da palavra com seus trabalhadores e que através do diálogo procurava obter seus intentos.

A volta dos seus ex-escravos nos concede uma mostra desse relacionamento entre senhor e escravo e após a abolição entre patrão e empregados, o que segundo Lino Guedes, 89, anos filho de ex-funcionário do engenho, "não ocorreu em outros redutos vizinhos, como é o caso do Engenho Monte Carlos e do Engenho Coronel José Coelho e Sobrinho, onde havia relacionamento hostil, punições e até mortes. Sendo que nesses outros redutos, quando ecoou a proclamação da liberdade em 13 de maio de 1888, houve as mais variadas manifestações; promoveram festas, gritos, choro de alegria e esperança, rezavam e pagavam promessas, aspiravam como nunca sua liberdade: voltar à terra natal ou estabelecer-se aqui de forma livre e construir suas próprias residências e famílias, eram as aspirações que dominava a todos. Porém, sabiam também que não seria fácil, sem recursos e sem terra, iniciar uma nova vida seria um tanto difícil, mas,

melhor que o tratamento recebido na maioria das fazendas, com certeza seria, portanto, nada melhor que comemorar a liberdade”. (Lino Guedes)

3.2 As relações sociais na usina

As relações entre o proprietário do grande latifúndio, que ostentava o título de senhor e soberano, que muitos desejavam, porque trazia consigo o direito de quem deveria ser servido, obedecido e respeitado, que “podia” punir e até matar seus escravos, e por outro lado o escravo que não era considerado como um “ser humano”.

As relações sociais, ou de mando no Brasil entre senhores e escravos, é discutida na historiografia tendo defensores da vivência e de “doçura”, como é o caso de Gilberto Freire, José de Alencar, Andrade Figueira e outros, mas encontramos uma grande maioria ou quase totalidade que se opõem a essa idéia, como Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, só pra citar, este último comentou que as relações eram hostis e desumanas, e quando se refere no caso do Maranhão, e’ de comum acordo que aqui se encontravam os senhores mais cruéis e desumanos, sem nenhum escrúpulo na hora de punir os escravos e submetê-los a todo tipo de constrangimento e trabalho acima de suas capacidades normais, eram coações físicas, aterrorizações permanentes, castigos excepcionais de exemplaridade (QUEIRÓZ, 1991, p.105,106).

Comparando o Brasil com outras regiões da América, como a Argentina e os Estados Unidos, o Brasil era considerado como uma “democracia racial” (Apud QUEIRÓZ, 1991, p.104). No Brasil fez-se e faz-se diferença entre brancos e negros, em questões de oportunidades de privilégios, mas nunca se tentou de modo efetivo, dizer onde os negros devem morar, freqüentar ou tentar embranquecer a nação.

Contudo não se quer dizer que as relações individuais eram ou são perfeitas e respeitadas. Quem afirma uma relação e vivência harmoniosa e respeitosa, tem ignorado a historicidade da escravidão, cujas afirmações tem uma intencionalidade de negar descaradamente a realidade vivenciada pelos escravos e por seus descendentes no Brasil, como são tratados com inferioridade em termos intelectuais,

e que tem os salários e cargos mais humildes e muitas vezes são xingados e humilhados devido a cor de sua pele, mas isso se estende também aos pobres independente da cor da pele. A questão não é só racial, é também social.

A Na usina Joaquim Antonio essa relação era amistosa e pacífica, quando seu proprietário passou a receber os primeiros escravos não foi fácil para eles, pois não procediam geralmente da mesma região da África; “os africanos procediam de três principais grupos: sudaneses, (nagôiorubas), sudaneses islamizados (haussas, mandingas) e bantus, (Angola, Congo, Moçambique)”. (LIMA, 1986, p.114).

Esses escravos eram colocados no mercado negreiro para serem vendidos pelos traficantes, os mais procurados eram aqueles que apresentavam uma boa saúde e robustez para o trabalho. Sem levar em conta o lado cultural e afetivo, eram separados de seus parentes ou familiares e trazidos para as terras da América, aqui no mercado interno havia um novo selecionamento. Mas isso, naquele momento era o que menos importava para o comprador.

O escravo era quase sempre tratado como uma “mercadoria” que deveria ser alimentado e “bem tratado” para garantir o retorno do investimento, tanto no trabalho como no caso de possível venda, se fosse necessário, caso o escravo estivesse sendo uma ameaça, espalhando idéias contrárias aos interesses do senhor, ou por causa financeira, ou mesmo no caso de troca.

A posição de um senhor de engenho era bastante atraente, possuidor de escravos e de muitas terras, tinha muitos outros privilégios diante dos governos central, provincial e local, atuando como poder judiciário em sua área de domínio e, em alguns casos como o legislativo, fazendo suas próprias leis. Muitos foram atraídos por esses privilégios, mas, sem a técnica necessária para gerir os negócios, foram os primeiros a entrar em falência. Todavia para outros que souberam administrar, foi um bom negócio, mesmo por pouco tempo.

Por mais que se pense em uma boa convivência entre escravos e senhores de engenho, a situação da escravidão como dizer, como justificar que poderia ser boa, o fato de serem arrancados de sua terra, de suas famílias e de sua cultura, poderia até ser suportável como era o caso na Usina Joaquim Antonio, como já foi comentado anteriormente, mas nunca desejada, pelo contrário. Em outros

engenhos, tais como Flexal, Monte Carlos que havia fugas, rebeliões e até suicídio, era o termômetro da situação vivida pelos escravos, onde o castigo, a opressão, os maus tratos e até as mortes eram uma rotina. O Norte Americano Frank Tannembaun, influenciado pelo posicionamento de Gilberto Freyre em relação ao trato do escravo no Brasil, escreveu um livro com o título, "Escravo e Cidadão", relatando a convivência pacífica entre senhor e escravo no Brasil, destacando a moralidade e religiosidade como fatores preponderantes nessa relação, idéia essa que não encontramos razão para defendê-la, sabemos que, moralidade em relação ao trato ao escravo era quase inexistente e utópico, a religião nada fez, e o exemplo da religião nos Estados Unidos teve efeito contrário. Os evangélicos colonizadores da América do Norte, diferentemente dos católicos que colonizaram o Brasil, quase não se misturaram sexualmente com os nativos e nem com os escravos africanos, estabelecendo uma separação, o que provocou um nível de diferente de racismo e preconceitos.

O relacionamento entre si, escravo para com escravos no início, como já foi dito não foi fácil, porém, com o convívio, as relações sociais foram se ajustando, e passaram a manifestar suas culturas através das festas, pajelanças e outras manifestações que eram realizadas na senzala.

O senhor de engenho Joaquim Antonio, na condição de católico mandou construir uma igreja, localizada em frente à usina, onde é hoje realizada a feira. A igreja por ter sido construída de pedra ainda existe, esta foi construída pelos próprios escravos, a sua construção data do início do segundo meado do século XIX. O senhor Joaquim Antonio mandou construí-la para cumprir uma de suas missões, que era contribuir com a igreja católica na catequização dos povos conquistados, para impor sua fé religiosa, que no caso, era a católica, além de educar.

Como é de conhecimento das pessoas da localidade, a igreja passou por um período de abandono, o teto caiu, o capim cresceu por todos os lados e por cima das paredes, ficando em um estado deplorável, no entanto, as paredes por serem construídas de pedras, não caíram, permaneceram em pé até que, no governo João Castelo (1979-1983), a mesma fora restaurada, com investimentos do governo estadual, a obra foi novamente entregue a comunidade católica. Nesse mesmo

governo, Central foi também beneficiado com abertura da estrada MA-006, que liga Central a Pinheiro e Cururupu.

3.3 Estrutura organizacional e produtiva da usina

A primeira forma de estrutura funcional da usina foi à hidráulica, que era composta do açude, o canal e as várzeas que serviam para mover as máquinas, transportar a lenha e a produção e irrigar os canaviais. Esta obra foi arquitetada por Joaquim Antonio Viana que como já foi dito, era formado em engenharia hidráulica pela universidade holandesa e, quando de volta ao Brasil, implantou a usina que levou o seu nome, a qual representou uma inovação, já que a maioria dos engenhos que existia na região ainda era movida a força animal, com um rendimento muito inferior a necessidade do mercado. Com a implantação da usina hidráulica a produção dobrou, e por um período curto atendeu as necessidades da província e das exportações (OLIVEIRA, 1984, p.37, 38, 39)

Conforme depoimento de Edson Mota do Nascimento Viana, a construção do açude foi a primeira medida tomada por Joaquim Antonio, que sabia muito bem o que queria, e como fazer. Os escravos foram destinados a trabalhar intensamente na construção do açude, os trabalhos forçados, acima do que muitos escravos podiam suportar, levou a morte de muitos deles, que eram enterrados lá mesmo. Hoje, com a queda de barreiras têm-se encontrado restos desses mortos. A construção do açude foi a pior parte do trabalho escravo da Usina. Joaquim Antonio exigia rapidez no trabalho para por em funcionamento seu plano hidráulico, com todo esforço e até mesmo sacrifício; com longa jornada de trabalho, fome, alguns trabalhando doentes, não foi possível terminar com tanta rapidez, haja vista as dificuldades. Esse açude mais tarde passou a esconder o mistério de grandes serpentes e bem mais tarde foi se formando uma floresta flutuante sobre ele onde existem alguns buritizeiros que se deslocam de um lado para o outro. Segundo Edson Mota do Nascimento aconteceu um fato que é digno de registro:

“Conta-se que ao ficar pronto o açude, Joaquim Antonio, orgulhoso de sua obra, quis inaugurá-la, resolveu tomar um banho no açude, e para isso convidou um de seus escravos para lhe acompanhar. Chegando ao local apeou de sua montaria e passou a realizar o seu desejo, que era banhar em seu próprio açude, onde muitas pessoas haviam morrido, mas que, era imprescindível aquela obra para a realização daquele projeto. Enquanto banhava, Joaquim Antonio ouviu um urro que não soube identificá-lo, chamando seu escravo perguntou-lhe o que vinha ser aquilo, o escravo respondeu que era o bicho onça, e que, o fato de estar a pé comunicou a seu senhor que já ia caminhando, e que, o senhor por estar montado poderia se deslocar com mais facilidade, mas o senhor querendo livrar a sua própria pele, fez-lhe uma promessa, que se o negro ficasse para trás, ao chegar, ele lhe daria a carta de alforria. O negro não tendo outra escolha aceitou, e foram, Joaquim Antonio na frente em sua montaria e o escravo atrás e a pé. Ao chegarem, o senhor realmente cumpriu com sua promessa (Relato de Edson Mota do Nascimento Viana).

Este episódio deixa claro a ansiedade que Joaquim Antonio tinha de ver esse açude pronto, e como os demais senhores de engenho, consideravam o escravo alguém que poderia servir para os mais diversos propósitos, como também o cumprimento de sua promessa, o que mostra ser um homem cumpridor de sua palavra, o que muitos outros não cumpririam suas promessas e ainda eram capazes de castigá-lo ainda mais em virtude do prometido o que não ocorreu com Joaquim Antonio.

Foi construído um canal, que os moradores de Central o chamam de “Vala”, que sai do açude e vai até o rio Bandeira, são mais de seis quilômetros de extensão, com várzeas de cinquenta em cinquenta metros, que saem do canal cortando o campo onde eram plantados os canaviais de primeira qualidade, as mudas de cana vinda de Caiena, adquirida pelo governador da província (Joaquim Antonio Franco de Sá – 1846-1847) e distribuída aos mais importantes centros produtores de açúcar, o restante dos canaviais não eram irrigados. Para a irrigação, havia duas comportas que controlavam o nível de água, uma na saída do açude que liberava a água e outra perto do rio, que retinha a água para a irrigação do solo. Através desse canal era feito o transporte da lenha, da cana e da produção para o rio Bandeira, onde era embarcado o produto, e também servia para mover o sistema hidráulico da usina.

A produção nos engenhos movidos a tração animal era muito pouca, se considerar a produção hidráulica, entretanto, esta era a realidade da maioria dos

engenhos da época e, principalmente, os anteriores a Joaquim Antonio, no município de Guimarães do qual Central fazia parte, segundo João Cândido de Moraes Rego 1861, p., 94,95 e 96. Havia 23 engenhos movidos por animais. Mas, este não era o caso da usina Joaquim Antonio, que fazia parte da mais recente inovação: a usina movida por água, que produzia muito mais que a movida por animais, sendo que sua produção correspondia ao triplo da movida por tração animal. Na mesma região, estavam identificados oito engenhos movidos à força hidráulica, como era o caso da usina Joaquim Antonio.

“O pedestal dos que se distinguiram agricolamente no cenário estadual, há também a figura de Joaquim Antonio Viana, fundador da fazenda pindaíba [...]. Há informações de que foi Joaquim Antonio quem primeiro refinou o açúcar branco na região porque, antes os engenhos do município produziam apenas o açúcar bruto, “moreno”, caramelado”. E o branco que fora descoberto pelos portugueses e espanhóis, e aperfeiçoada a sua refinação pelos franceses raramente era consumido na região pois; o consumido era o “bruto” (...). “ (OLIVEIRA, p. 39 e 40).

A Usina Joaquim Antonio investiu na qualidade de sua produção açucareira, pois a região estava bastante atrasada em técnicas, e o açúcar que produzia, já não estava sendo aceito no mercado tanto nacional como internacional. Joaquim Antonio procurou então, dar um novo rumo nessa situação, e passou a refinar o açúcar que produzia:

Após a abolição da escravatura, os engenhos de açúcar sofreram com a falta de mão-de-obra, os nacionais não queriam realizar o trabalho que antes era feito por escravos, os ex-escravos que foram assalariados eram cobijados e disputados por muitos donos de engenho e outros setores produtivos. No entanto, para a usina Joaquim Antonio, vieram várias famílias do Ceará e do Rio Grande do Norte. Mesmo assim, a produção era insuficiente à demanda do mercado consumidor. A exportação que evoluía a cada ano, por exemplo: 1870 - 2.022 ton., 1875 - 6.900 ton., 1880 - 8.480 ton., em 1882 chegou a 16.114 ton., caiu em 1917 para 1.000 tom, o efeito abolição foi arrasador. Dias melhores já haviam passados, a iminente falência estava às portas, foi quando os governos Central e Provincial, resolveram salvar essas usinas, transformando-as em engenhos Centrais. Para isso, era necessário fazer alguns gastos como: reformas, mudança de operação, como por exemplo: mudar a operação de hidráulica para vapor e outras. Joaquim Antonio aceitou o desafio e implantou o Engenho Central, o qual foi uma das poucas usinas, que aqui no Maranhão se transformaram em Engenho Central (OLIVEIRA, 1992, p.41).

“Nestes números não estão incluído o consumo da população da Província, que era de um milhão de quilos” (VIVEIROS, 1992, p.208).

Com as mudanças, a produção passou de vinte por ponto para sessenta sacas, toda a estrutura hidráulica de Joaquim Antonio continuou operando, com a utilização do açude, do canal e das várzeas, somente as caldeiras foram ampliadas e passaram a operar a vapor. Essa produção é verificada também na administração do senhor Abelardo Ribeiro.

O transporte da produção era feito pelo Rio Bandeira até alcançar o mar que levava a São Luis e ao Pará. Este transporte era feito através dos barcos “Natividade” e o barco “Oliveira Folha”, o açúcar também era levado para Parnaíba e, a marca impressa nas embalagens identificava “Açúcar Joaquim Antonio”. A Usina produzia também cachaça, que era vendida no Maranhão e principalmente, na região de Guimarães e Cururupu (Informação de Raimundo Costa Bezerra, entrevistado).

4 A CRISE DOS ENGENHOS CENTRAIS E A FALÊNCIA DO ENGENHO CENTRAL JOAQUIM ANTONIO

A desagregação do sistema escravista foi um duro golpe para o setor utilitário dessa mão-de-obra em todo o Brasil, pois os fazendeiros de todo o Brasil de modo geral esperavam ser indenizados de seus “prejuízos”, o que não aconteceu. No Maranhão não foi diferente, os usineiros e fazendeiros com a perda de seus escravos viram seus lucros minguarem. Os proprietários das empresas açucareiras e de outras lavouras estavam acostumados à mão-de-obra escrava e não se prepararam adequadamente para a abolição da escravatura e achavam que se ela viesse eles seriam recompensados. A escravidão já estava sendo contestada pela maioria da população, no entanto, os lavradores ainda se utilizavam dessa prática.

A incompatibilidade entre o escravismo e o desenvolvimento do sistema capitalista industrial levou à abolição da escravatura. As potências industriais como a Inglaterra, pressionaram os países escravistas como o Brasil, a abolição da escravatura, legislando em causa própria, porque tinham o interesse em ter mais consumidores de seus produtos industrializados, a Inglaterra passou a reprimir os traficantes impondo sanções econômicas e capturando navios que estivessem fazendo o tráfico de escravos. O cerco estava armado, a abolição era apenas uma questão de tempo, mas, mesmo assim, a abolição da escravatura sem indenização apanhou os senhores de engenho despreparados, sem condições de gerirem seus negócios sem a mão escrava. “Aproximadamente 70% dos engenhos de cana-de-açúcar e 30% das fazendas algodozeiras fecharam as portas”. (VIVEIROS, 1954, p. 557).

Os engenhos que sobreviveram passaram a tomar empréstimos, pagando altas taxas de juros, penhorando seus bens, sendo que, muitos deles não conseguiram pagar suas dívidas no prazo determinado, aumentando os juros e correção, tiveram de entrar em falência, o custo operacional dos campos, das máquinas, das vendas e a carga tributária, tornaram os engenhos inoperantes. Ainda, as máquinas ultrapassadas, seus proprietários sem condições de fazerem novos investimentos, e, mesmo que tivessem seria arriscar demais, enquanto que

outros centros, a indústria açucareira já havia se modernizado e assim, logrado o mercado que antes se constituía hegemonia do Brasil e Maranhão. “Essas indústrias desaparecem por não poderem concorrer com o açúcar de Pernambuco e de Campos, no então Estado do Rio, bem mais refinado”. (MOREIRA NETO, 1980, p. 6).

A concorrência foi, portanto, um dos fortes fatores que contribuíram para a falência da maioria dos engenhos que ainda resistiam à crise, após a liberação da mão-de-obra escrava no Brasil. “O engenho Central São Pedro em Pindaré, sucumbiu logo depois de alguns anos de funcionamento, ou seja, em 1913”. (VIVEIROS, 1954, p. 78). Este que havia se tornado o modelo de organização técnica e de produtividade, não durou muito, evidenciando a incapacidade de concorrer com outros produtores.

O engenho Central, Joaquim Antônio passou pelas mãos de outros proprietários até chegar à sua falência, o que só ocorreu em 1962. Após Joaquim Antônio, seu filho José Roberto de Sá Viana assumiu o comando do engenho, entretanto, as informações fornecidas por moradores mais antigos de Central, como o senhor Lino Guedes, são de que “o mesmo não logrou êxito”, não progredindo o suficiente, uma vez que as dívidas aumentaram e para saldá-las teve que vender o próprio engenho para o senhor Alexandre Viveiros, que atuou por muito tempo conservando toda a obra hidráulica que Joaquim Antonio havia deixado, usando as várzeas e outras partes da terra para plantar os canaviais, contudo este também teve que se dispor do engenho, vendendo-o ao senhor Abelardo da Silva Ribeiro. Abelardo era um português com residência em São Luís, que rinha como gerente do engenho, também português Januário, um homem enérgico, mas respeitado, e que mantinha um bom relacionamento com os funcionários (Segundo João Viana).

Este por sua vez, empregou uma grande quantidade de pessoas, utilizando também o trabalho de crianças e continuando a utilizar o trabalho feminino. A capina dos canaviais era feita por aqueles que plantavam feijão entre as fileiras de canas. Muitas atividades, os trabalhadores as desempenhavam por tarefa. O pagamento era feito semanalmente, para que os trabalhadores, pudessem fazer suas compras nos sábados e domingos que eram os dias que eras realizadas a feira de Central.

A família de Abelardo foi a última proprietária do engenho Central, os moradores mais antigos de Central ainda se lembram como foi sua administração. Dizem que se tratava de um homem sério que pagava regularmente aos sábados seus trabalhadores, e que não permitia os negociantes da feira extorquirem seus trabalhadores. Quando os feirantes tentavam vender seus produtos mais caros que o comércio local, o mesmo mandava recolher o produto e, o proprietário se não resolvesse vender mais barato deveria deixar o local e vender seu produto em outro lugar.

Finalmente em 1962 o engenho parou de produzir açúcar e, durante mais três anos continuou produzindo cachaça, fechando de vez suas portas. Raimundo Costa Bezerra conta que um dos funcionários do engenho estava trabalhando em cima de um tanque cheio de cachaça, quando deixou cair uma ponta do cigarro, o que provocou um grande incêndio, o tal funcionário morreu de queimaduras e provocou um grande prejuízo. Além desse acidente ocorreram outros, devido as caldeiras já serem muito velhas, por falta de reposição de peças e conservação das máquinas”.

Depois de muito tempo parada, os herdeiros do senhor Abelardo da Silva Ribeiro, venderam as velhas máquinas e caldeiras para empresários pernambucanos que enviaram ao local o senhor Saturnino Ferreira para desmontar as máquinas, aproveitar o que ainda podia ser utilizado e o restante foi vendido para o ferro velho, o senhor Saturnino chegou em Central em 1972 com alguns companheiros e, logo realizaram sua missão, que foi desmontar o antigo engenho, este foi o fim daquelas máquinas e caldeiras que vieram da Inglaterra, que tanto movimentaram a economia maranhense, que fizeram de Central a feira mais conhecida e movimentada do Maranhão e a transformação de Central, de uma fazenda à usina, a município de Guimarães e depois de Mirinzal e, hoje transformada em um município emancipado, de acordo com depoimento que obtive do próprio Saturnino de Sousa.

Ainda é possível se identificar as ruínas do antigo Engenho Central, mas o que é mais perceptível são as saudades, as lembranças e as histórias que são manifestadas e contadas através dos antigos moradores do lugar, quando contam como foi a vida no engenho, como eram tratados, o salário que recebiam, como faziam a feira para a manutenção da família e dos agregados para a semana.

Obviamente, que este período relatado, diz respeito à administração do senhor Abelardo Ribeiro, em referência ao tempo da escravidão sabem bem pouco, mas conheceram pessoas que foram escravas, alguns dos antigos moradores tiveram avós e pais escravos.

Do material da antiga usina, existem ainda colunas que sustentavam o galpão onde estava instalada a usina, localizadas em uma parte bem baixa do terreno, cuja posição era necessária devido à utilização da água que era usada para mover as máquinas, quando elas funcionavam no sistema hidráulico, implantado por Joaquim Antonio, bem como para ficar no nível do canal que foi aberto ligando o açude à usina, sendo que o canal com suas várzeas e o açude também ainda existem, resultado do trabalho escravo. O açude tem o tamanho de três campos de futebol, com uma comporta para controlar a saída da água. Atualmente foi construída uma piscina logo após a comporta, a qual utiliza a água via açude, portanto, está sempre com água renovada, sendo este um dos aspectos que tem atraído muitos turistas para o município, apesar de descaracterizar o ambiente histórico da cidade.

A chaminé ainda persiste de pé, rodeada de mato e algumas casas por perto. Sua construção é toda de pedra, assim como as colunas e as comportas do açude que serviam para irrigar o terreno de mais de seis quilômetros de comprimento, com aproximadamente um quilômetro de largura. Nesta área plantava o canavial de melhor qualidade, no restante do terreno não havia irrigação. O açude que esconde o mistério de grandes serpentes e uma floresta flutuante, com vários buritizeiros e outras árvores pesadas é uma prova do trabalho escravo e do conhecimento de Engenharia Hidráulica que tinha o seu proprietário, o senhor Joaquim Antonio Viana. Na construção desse açude muitos escravos morreram por não suportar o ritmo de trabalho que Joaquim Antonio impôs e exigia, visto que a obra era muito grande, tudo feito manualmente, a alimentação era feita às pressas não se podia “perder tempo”. Esta obra de grande valor para Joaquim Antonio, hoje, se constituindo de grande valor histórico, no entanto custou a vida de muitos seres humanos.

5 CONTRIBUIÇÕES DO ENGENHO JOAQUIM ANTONIO PARA AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS E ECONÔMICA DO LOCAL

5.1 As novas relações de trabalho

Após a proclamação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, a mão-de-obra na usina passou a ser assalariada. De outros Estados, tais como Ceará e Piauí vieram algumas famílias para trabalharem na mesma, como também outras pessoas de municípios vizinhos, a saber Santa Helena, Perimirim e Pinheiro, chegaram em busca de trabalho, muitos deles foram incorporados nos serviços do engenho, trouxeram também suas famílias, alguns passaram a trazer mercadorias para venderem aos trabalhadores do engenho, e assim, a vida do local foi se agitando e crescendo ao mesmo tempo. Outros donos foram assumindo a administração do engenho, empregando mais pessoas, a produção aumentou, a feira tomou maior notoriedade, o volume de negócios realizados ali cresceu e o número de habitantes aumentou de forma considerável. (De acordo com Ribamar Costa)

Central, onde o senhor Joaquim Antonio Viana possuía cerca de 20 mil hectares de terra, pertencia a Guimarães, desde 1758, quando esta foi criada. Com a emancipação de Mirinzal em 1961, Central passou a fazer parte desta última, sempre com a aspiração de se tornar uma cidade. O povoado elegeu vários vereadores em sua participação política como município de Mirinzal. A emancipação deu-se juntamente com a de outros municípios, que atingiram um total de 81 (oitenta e um).

O trabalho assalariado foi uma das principais causas para o desenvolvimento de Central e até para a Baixada Ocidental Maranhense. Com o dinheiro em suas mãos, o trabalhador tornou-se um consumidor autônomo, podendo escolher, como e quando comprar, não foi sem motivo que a Inglaterra exigia do Brasil a proibição do tráfico negreiro e a libertação da escravatura, pois este país tinha as mercadorias, e o Brasil era um grande mercado para estes produtos, ou seja, a preocupação inglesa em abolir a escravidão nada tinha haver com motivos humanitários, mas sim econômicos.

Pois, os trabalhadores com o dinheiro nas mãos e os vendedores com as mercadorias, entrou em ação a lei da oferta e da procura. Os vendedores porque vendiam mais e em um só lugar e, os compradores eram beneficiados com a concorrência. A produção agrícola e outras mercadorias eram trazidas para a feira de Central, dessa forma atraía trabalhadores para o engenho, para as lavouras, comerciantes e vendedores. Toda a Baixada Ocidental Maranhense se envolveu neste mercado, comprando e vendendo, e assim, gerou renda para a região.

5.2 Surgimento da feira de Central (Baseado em relatos de pessoas mais antigas do lugar)

A popular feira de Central iniciou-se logo após a abolição da escravatura, o serviço no engenho passou a ser assalariado, a alimentação adquirida exclusivamente pelos trabalhadores, que não dispunham de tempo para produzi-la, pescar ou caçar, já que recebia salário e não mais a alimentação dos proprietários do engenho e o serviço era de segunda a sábado.

A feira foi o elo entre a Usina Joaquim Antonio e surgimento da cidade de Central. Durante muito tempo o trabalho no engenho era a alternativa de emprego para o povo da Baixada Ocidental Maranhense e até para pessoas de outras regiões do Estado, O engenho utilizava, no início da administração do senhor Abelardo Ribeiro (1930-1962), cerca de setecentas pessoas direta e indiretamente nas atividades do engenho, as quais, recebiam seus vencimentos semanalmente. Os pescadores, lavradores e pecuaristas da região aproveitaram o final de semana para comercializar seus produtos em Central, na certeza que encontrariam compradores com dinheiro para adquirirem seus produtos (De acordo com Lino Guedes).

No início, a feira era realizada aos sábados e domingos. No entanto, com a crise econômica do engenho e sua falência, a feira foi reduzida para somente aos domingos, mas mesmo assim, continuou e continua atraindo vendedores e compradores até hoje de toda a Baixada Ocidental Maranhense e outras regiões do Estado. Com a falência do engenho e, sem terras próprias para plantar, visto que o terreno onde estavam suas casas não lhes pertenciam, muitas famílias saíram de

Central, mas aqueles que ficaram passaram a se envolver muito mais com as atividades da feira e tornaram-se atravessadores, outros procuraram arrendar terras para produzir, e ainda, alguns se dedicaram à criação de suínos e de bovinos e à pesca.

A feira livre de Central funciona mais ou menos de maneira compartimentalizada, onde se agrupam vendedores da mesma linha de produtos, como o setor da farinha, do gado, da carne, do peixe e de mariscos e dos produtos industrializados, da comida pronta e bebidas.

Muita gente vai à feira só para se divertir, rever amigos, paquerar e especialmente para beber, é comum se ver pessoas embriagadas com suas compras do lado, já sujas ou inutilizadas, essas pessoas iniciam conversando sobre os mais diversos assuntos e acabam se soltando em cantorias e muitas vezes brigando entre si. A farinha, o peixe e a carne são os produtos que mais vendem na feira, a lei da procura e da oferta estão sempre presentes. A fiscalização sanitária é quase inexistente e o resultado disso é a falta de higiene com esses produtos, sendo expostos no chão, apenas amparados com folhas de palmeiras ou bananeiras.

Há um setor, chamado de feira do gado onde são vendidos ou trocados animais em pé, onde se pode observar um leilão às avessas, onde o dono do animal estabelece o preço e os compradores fazem a barganha tentando baixar o preço inicial, o que sempre conseguem. Os produtos industrializados estão ganhando cada vez mais espaço, já ocupam a maior parte do espaço físico; são camelôs vindos de fora, a maioria vindos da cidade vizinha de Pinheiro.

A feira continua sendo realizada aos domingos, envolvendo a participação de pessoas de vários municípios vizinhos que chegam de ônibus da linha, ou fretados, em carro próprio e também conduções alternativas.

5.3 Organização do município de Central do Maranhão

A emancipação de Central em município era uma aspiração antiga dos centralenses, que desejavam eleger seus próprios representantes locais, ter sua própria verba para aplicá-la dentro da própria localidade.

Guimarães, a cidade-mãe, foi criada desde 1758, quando ainda reinava em Portugal D. José I (1731-1777). Mirinzal, quando se emancipou de Guimarães em 26 de dezembro de 1961, ficou com Central como parte de seu território, mas a comunidade de modo geral queria mais que pertencer a um município mais próximo, desejava sua própria emancipação política. Quando surgiu o projeto de emancipar os povoados que já reunissem condições de ser um município, Central não perdeu tempo, logo manifestou seu desejo. Fez-se uma consulta popular através de um plebiscito no local, para saber se o povo continuava com o desejo de ver Central transformado em um município autônomo, independente de Mirinzal. O plebiscito foi realizado em 19 de junho de 1994, a população entusiasmada, como era de se esperar, compareceu à votação e respondeu sim à emancipação do município. O índice de aprovação chegou a 93% que respondeu favoravelmente. Daí por diante, a liderança local não poupou esforços para tornar realidade tão antiga aspiração do povo centralense.

A Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão aprovou através da Lei Nº 6.175, de 21 de abril de 1997, a criação do Município de Central do Maranhão, e mais oitenta novos municípios.

A terra que pertencia ao Engenho Central foi herdada por Manoel Ribeiro (conhecido como Mano), que vinha mantendo seu domínio sob forte repressão aos moradores de Central, por ser toda aquela terra de sua propriedade, não permitia que construíssem casas de alvenaria, a não ser que comprasse de sua mão o terreno para esse fim. Os lavradores arrendavam o terreno e pagavam o foro de suas roças que se encontrassem em sua propriedade.

Com a emancipação de Central em município, o Governo do Estado comprou a propriedade do senhor Manoel Ribeiro, o herdeiro das terras, e fez a doação das mesmas ao novo município de Central do Maranhão.

Central do Maranhão é uma região que está localizada no meio-norte com uma extensão de 390km², e sua sede 30km² Uma zona de transição onde se encontra a floresta equatorial, os cocais, com sua principal atividade econômica o extrativismo vegetal com pequenas pecuárias e a agricultura, com característica física de clima quente e úmido com uma vegetação típica da floresta Amazônica. O

município faz limites com Pinheiro, Guimarães, Mirinzal e Bequimão e, de acordo com o Censo demográfico a meso-região está localizada no litoral ocidental, há 400km de São Luis (IBGE, 1990). É contemplado por rodovias estaduais que são identificadas pela sigla do Estado MA - 006, o município possui suas festas (do Divino, Tambor de Crioula, Tambor de Mina e outras) e credences, os monumentos históricos são constituídos de uma Igreja, uma chaminé, alguns pontos turísticos, como a piscina pública, uma feira aos domingos que atrai um grande número de pessoas da circunvizinhança.*

A cidade de Central elegeu os seus primeiros representantes como um município emancipado no dia 03 de outubro de 1996, sendo eleito para prefeito, o senhor Benedito de Sousa Barros, filho do lugar, que é um dos remanescentes dos antigos senhores de engenho de Central.

* Central foi energizado no mandato do prefeito de Mirinzal, o senhor Agenor Almeida (1983-1987), quando este ainda pertencia a Mirinzal.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou o estudo histórico da Usina Joaquim Antonio e sua contribuição para a Baixada Ocidental Maranhense, e especialmente, para a formação do município de Central do Maranhão.

As usinas açucareiras no Maranhão foram primeiramente instaladas na região do Itapecuru. Após a expulsão dos holandeses (1644) e, através de medidas governamentais, os novos engenhos foram instalados por outras partes da província, sendo que as regiões que mais se destacaram foram: a do Vale do Mearim e a Região de Guimarães.

A mão-de-obra que foi utilizada no trabalho de engenho evoluiu conforme ocorreram as mudanças sociais e econômicas no País. A primeira forma de mão-de-obra escrava no Brasil, foi a indígena, haja vista a urgência para iniciar a produção, o que não foi o caso da Usina Joaquim Antonio, que começou suas atividades no período da escravidão do negro africano, esta, portanto, foi a segunda forma de mão-de-obra utilizada na região. O trabalho compulsório do africano foi utilizado na Usina Joaquim Antonio até a proclamação da Lei Áurea em 13 de maio 1888, daí por diante Joaquim Antonio continuou usando os serviços dos negros africanos, só que forma assalariada. Mais tarde, pessoas de outros Estados brasileiros, como Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, e principalmente, pessoas vindas da Baixada Ocidental Maranhense chegaram a Central procurando melhores condições de vida, e passaram a trabalhar como assalariados e outros como serviços prestados, isto é, por produção.

A produção açucareira da usina foi fundamental para a economia do Maranhão, já que ela ocupou o 2º lugar em produção no Estado conforme (OLIVEIRA, 1992, p.39) e, essencialmente para a economia da Baixada. Com a produção centralense o Maranhão evitou comprar todo o açúcar que era consumido no Estado.

Joaquim Antonio, o senhor de engenho, tinha formação universitária e aplicou seus conhecimentos, tanto para produzir, quanto para manter a dominação sobre

seus escravos, tirando proveito para o aumento da produção e, evitando as fugas dos escravos.

Como era engenheiro, realizou grandes obras nesse campo, mandou construir um dos maiores açudes da época, um canal por onde a água chegava à usina indo até o Rio Bandeira, e ainda, várias várzeas, que serviam para irrigar o terreno.

Toda esta estrutura e estabilidade começaram a ruir com a crise provocada pela desagregação do sistema escravista, mostrando que os senhores de escravos não estavam preparados para esta nova situação social e econômica estabelecida no País e, mais tarde a concorrência. Sem a adoção de novas tecnologias, o Maranhão foi perdendo competitividade para indústrias açucareiras de outros centros como Pernambuco e Campo Grande, que abocanharam o mercado, vindo em seguida a falência de muitos engenhos no Maranhão.

Em Central do Maranhão, a economia foi se adaptando a essa realidade emergente, a feira passou a ser a principal atividade econômica local, a qual é uma das mais antigas do Brasil, datando do final do século XIX, permanece até hoje. A feira acontece com o envolvimento de pessoas de outras Províncias, além do Maranhão, evidenciando-se a presença de negociantes de toda a Baixada Ocidental Maranhense. Constitui-se o principal elo entre a Usina Joaquim Antonio e o surgimento do município de Central do Maranhão, que foi emancipado em 1996, sendo atualmente, um município com sua própria estrutura administrativa, com uma economia diversificada entre agricultura, pecuária e comércio. O município conta com o reconhecimento da população, de sua história, que é lembrada, contada e cantada como tendo sua origem a partir do surgimento da usina Joaquim Antonio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origem da indústria nos sistema agro-exportador maranhense 1875-1895.** 1968.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** EDUSP, 1994.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- GAIOSO, Raimundo José de Sonsa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- GOMES, José Pinheiro Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão, uma proposta de desenvolvimento.** São Luís, FIPES, 1981.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão, Senado Federal - Centro Gráfico.** 1981.
- Maranhão, Almanaque da Província do, 1861.
- Maranhão, Leis e Decretos. 1875.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão.** 3.ed. São Luís, 1970.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** 2. ed. São Luís, OASP. 1960.
- _____. **França Equinocial.** Editora Civilização Brasileira em convênio com a Secretária de Cultura do Maranhão, 1982.
- MOREIRA NETO. **Projeção.** Apostilha maio de 1980, ano I. n. IV.
- OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na história do Maranhão.** 1.ed. São Luís. SECMA, 1984.
- _____. **Cronologia da história de Guimarães.** Lithograf São Luis, 1992.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 17.ed. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em debate.** USP, 1991.
- REGO, João Candido de Moraes. **Almanaque da Província do Maranhão,** 1961.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão, 1850-1888.** São Luís, SIOGE, 1990.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão.** 1612-1895. Vol I e II. FAC-SIMILAR, Lithograf. São Luís, 1952-1954.
- “Alcântara” São Luis, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA I

* Entrevista realizada em junho de 2005.

Entrevistado: Senhor Ribamar Costa, carpinteiro, residente e natural de Central, 79 anos, casado.

Entrevistador: Agnaldo Reis dos Santos.

- A.R.S. - Senhor Ribamar, qual é a sua ligação genealógica com os antigos trabalhadores da Usina Joaquim Antonio?

R.C: Eu era neto de escravos, meus avós trabalharam para Joaquim Antonio, meus pais também trabalharam no engenho, mas, estes como trabalhadores assalariados no tempo de Abelardo Ribeiro, quando a Lei já havia sido proclamada.

A.R.S. - Como era a produção de açúcar na Usina?

R.C. - A Usina consumia por dia, cerca de 60 carradas de cana, carro puxado a boi, produzia 3 espécies de açúcar, além da cachaça, que era vendida para a região mais próxima, isto é para a baixada, enquanto que o açúcar era levado para São Luís, Pará e Parnaíba. O patrão fornecia as ferramentas para o trabalho, e pagava os salários ou diárias, eu, por exemplo, na época de adolescente, ganhava 5 tostões por dia trabalhado.

A.R.S. - Qual era seu trabalho no engenho, você já trabalhava como carpinteiro?

R.C. - Não, eu trabalhava arrumando palha, limpando o terreno e colocando mudas de cana nas covas.

A.R.S. - E você gostava do que fazia?

R.C. - Sim, conta-se que a Usina Joaquim Antonio foi uma das poucas que não teve problema com a mão-de-obra, após a Lei Áurea, os negros foram reintegrados no trabalho da usina, desta feita, assalariados, outros trabalhadores vindos do Ceará e Piauí procuravam serviço na usina, constantemente vinha da Baixada Ocidental Maranhense procurando trabalho, o trabalho assalariado era uma coisa nova, e as pessoas faziam maior festa ao receberem seus vencimentos. Na minha época isso continuava, ganhar dinheiro, para poder comprar o que precisava, vendo a

APÊNDICE B – ENTREVISTA II

* Entrevista realizada em junho de 2005.

Entrevistado: Lino Guedes, Lavrador de 85 anos, viúvo, residente e natural de Central.

Entrevistador: Agnaldo Reis dos Santos

A.R.S. - Senhor Lino, o que você sabe sobre a origem da feira de Central?

L.G. - Bem, a feira, segundo informações, ela surgiu logo após a abolição da escravatura, quando os trabalhadores passaram a receber por seus serviços.

A.R.S. - Qual a importância da feira para a economia da Baixada Ocidental Maranhense?

L.G. - Bem, ela beneficiou toda essa região, vinham pessoas de Pinheiro, de Santa Helena, de São Bento, Palmeirândia, Cururupu, Guimarães e outros. Toda essa gente trazia suas mercadorias para vender, e também comprava para levar. Além da Baixada, vinham pessoas de outros Estados, como, pessoas do Ceará, Piauí e outros. Aqui se vendia de tudo o que se produzia ou conseguia, o comércio cresceu, os lavradores produziam em maior quantidade, os criadores abatiam suas criações, finalmente, a feira supriu em muito a decadência da Usina.

A.R.S. - Qual a importância da feira para a formação do Município de Central?

L.G. - Bem, se não houvesse todo esse movimento, provocado pela feira, esse ajuntamento de pessoas vindas de outros lugares, comprando e vendendo, movimentando o mercado local, e a economia de modo geral, esse povo que morava e moras, teria ido embora, sem o trabalho do engenho que faliu em 63, o terreno sendo dos herdeiros do engenho, quem fazia roça tinha que pagar foro. Com certeza se não fosse a feira, hoje não teríamos este município.

ARS – Como foi a administração dos novos proprietários da usina?

L.G: O Roberto Viana, este não logrou êxito, os demais tiveram época de prosperidade, mas não durou muito esse estado. O senhor Abelardo empregava no início de sua administração (1938-1962), cerca de 400 pessoas e mais 300 aproximadamente trabalhavam prestando serviço.

APÊNDICE C – ENTREVISTA III

* Entrevista realizada em junho de 2005.

Entrevistado: Raimundo Costa Bezerra, (Duca Ferrabraz), mecânico, casado, residente e natural de Central, 69 anos.

Entrevistador: Agnaldo Reis dos Santos

A.R.S. - O que o senhor sabe sobre Joaquim Antonio?

R.C.B. - Eu mesmo não conheci Joaquim Antonio, mas os mais velhos contavam que ele era português, “que tratava com certo respeito seus escravos, não era um senhor temido como um carrasco, como havia muitos aqui por perto, não há informação de que aqui tivesse o “tronco” ou o “sumidor”. E após sua morte, foi sucedido por seu filho José Roberto de Sá Viana, que não foi muito bem nos negócios.

- A.R.S. - Você trabalhou como mecânico no engenho?

R.C.B. - Trabalhei como ajudante de mecânico, foi lá que aprendi esta profissão, que tenho exercido durante todo esse tempo, já trabalhei no engenho do senhor Calvet em Recurso, Santa Rita, e hoje estou orientando na restauração da usina da Raposa, aqui em Central, esta nova usina, não fabrica açúcar, só fabrica cachaça.

A.R.S. - Como era a operação produtiva do engenho, e por que faliu?

R.C.B. - No início, a usina funcionava à força hidráulica, para a época, era uma inovação, em relação aos engenhos movidos à força animal, com o tempo, foi necessário mudar de operação, com a transformação de usina a engenho central, passou-se de hidráulica a vapor, mas, novas tecnologias foram surgindo e o engenho Central não acompanhou essas mudanças, apesar de no Maranhão este engenho tenha sido o que melhor beneficiava o açúcar, mesmo assim não resistiu à concorrência, outros se modernizaram melhor, compraram novas máquinas, e conquistaram todo o mercado nacional. Conta-se também, que no engenho havia um robô mecânico em forma de “homem”, conhecido como “moleque de ferro”, que corria em trilhos levando lenha para as caldeiras. Aconteceu que, certa vez ele

apanhou uma moça que passava por perto e a lançou na fornalha, por causa desse episódio que chocou toda a Baixada Ocidental Maranhense, ele foi desativado. Assim, o Engenho Central foi perdendo competitividade e, finalmente faliu.

Outro episódio ocorreu quando o engenho já produzia somente aguardente, um funcionário estava trabalhando em cima de um tanque cheio de cachaça, quando deixou cair uma ponta de cigarro, o que provocou um grande incêndio, o funcionário morreu de queimaduras, outros acidentes ocorreram devido a idade e mau uso das caldeiras.

APÊNDICE D – ENTREVISTA III

Entrevista realizada em julho de 2005.

Entrevistado: João do Nascimento Viana

Entrevistador: Agnaldo Reis dos Santos

A.R.S: Que ligação tem o seu nome com o do senhor Joaquim Antonio Viana?

J.A.V: Eu sou deste lugar, mas confesso que não sei se o meu título descende do senhor de engenho.

A.R.S: Voce chegou a trabalhar no engenho?

J.A.V: Não, minha mãe e meu irmão chegaram a trabalhar na época do senhor Abelardo, havia uma grande quantidade de trabalhadores, 400 que trabalhava no engenho e aproximadamente 300 que forneciam cana, transportavam lenha, e outros serviços prestados.

A.R.S: Qual foi o período do senhor Abelardo no engenho?

J.A.V: Aproximadamente de 1930 a 1962, e seus descendentes continuaram após essa data, até a emancipação do município em 1997, arrendando terra e extraindo madeira, quando a Joaquim Antonio, temos informação que foi um senhor que soube usar seu conhecimento para tirar proveito, sabia que o escravo bem tratado e bem alimentado dava mais lucro, conforme relato de antigos funcionários da fábrica, havia cerca de 400 funcionários e outros 300 trabalhadores por tarefa, crianças ajudado os pais e mulheres.

ANEXOS

ANEXO A – FEIRA DE CENTRAL

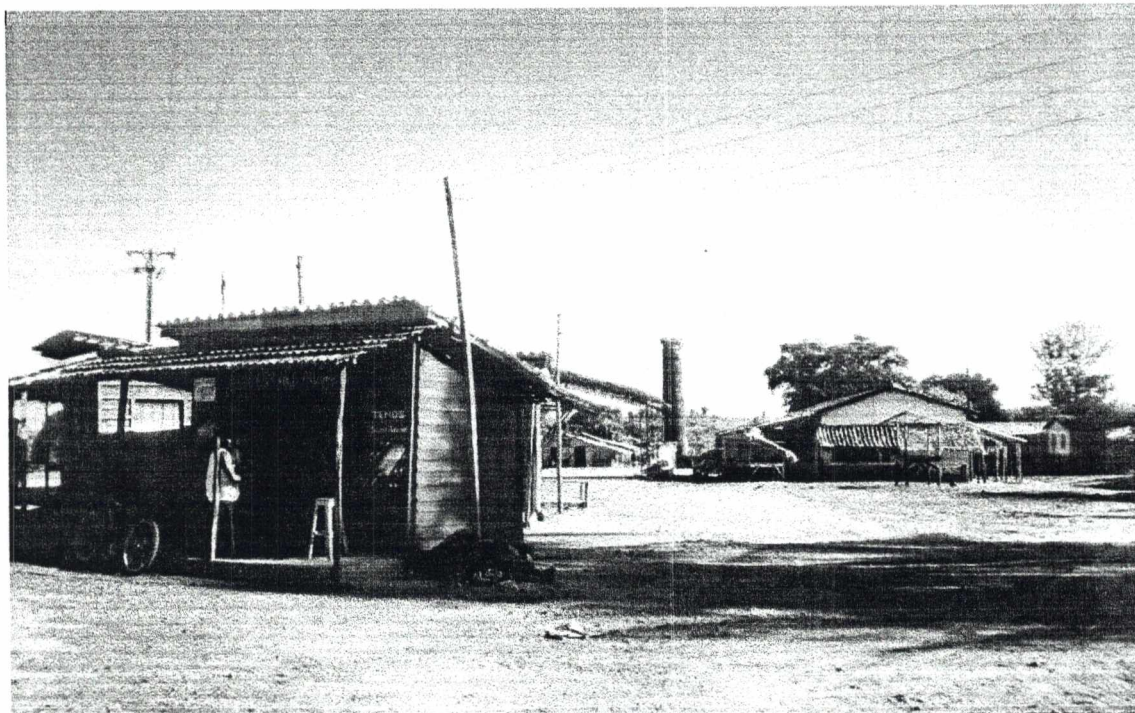


Figura 1 – Local onde se realiza a Feira de Central, ao fundo a chaminé da antiga fábrica, portanto a feira iniciou em frente a Usina Joaquim Antonio e continua até hoje no mesmo local

Foto: Agnaldo Reis dos Santos, data: 15/07/2005

ANEXO B – CHAMINÉ DA USINA DE ENGENHO DE CENTRAL

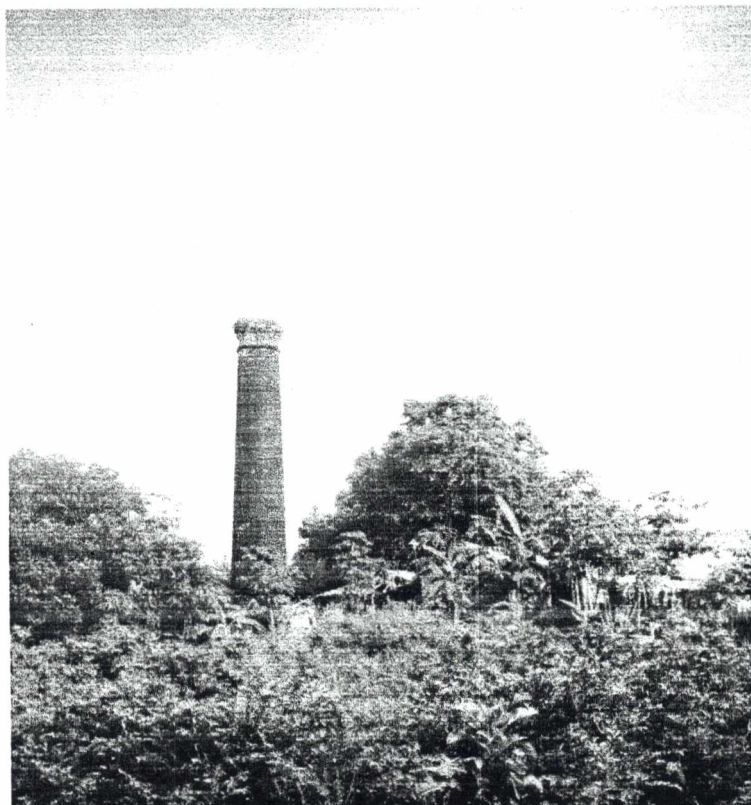


Figura 2 – Ruínas a antiga usina transformadora de engenho central por Joaquim Antonio. Hoje ainda existem várias que sustentam o galpão principal e a chaminé. É o que resta no local do antigo engenho.

Foto: Agnaldo Reis dos Santos, data: 15/07/2005

ANEXO C – CASA GRANDE



Figura 3 – Casa Grande, onde morava os administradores da usina, na época do senhor Abelardo. É construída de pedras e até pouco tempo o senhor Mano Neto de Aberlado morava aqui

Foto: Agnaldo Reis dos Santos, data: 15/07/2005

ANEXO D – MARANHÃO – EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR – 1860 A 1882**SACOS DE 60 QUILOS**

ANOS	QUANTIDADES
1860	12.600
1861	5.650
1862	26.600
1863	35.000
1864	37.300
1865	32.500
1866	30.000
1867	31.000
1868	40.000
1869	35.000
1870	43.000
1871	56.000
1872	83.000
1873	83.000
1874	113.000
1875	115.000
1876	181.000
1877	170.000
1878	86.000
1879	116.000
1880	158.000
1881	225.000
1882	268.000

ANEXO E – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ALGODÃO, AÇÚCAR E COUROS POR TONELADA EXPORTADA, NO ANO – 1870 A 1896

ANOS	PRODUTOS – PREÇOS MÉDIOS (MIL RÉIS)		
	ALGODÃO	AÇÚCAR	COUROS
1870	1:027\$000	212\$000	522\$000
1871	539\$000	156\$000	506\$000
1872	592\$000	162\$000	541\$000
1873	588\$000	142\$000	583\$000
1874	430\$000	114\$000	534\$000
1875	457\$000	112\$000	558\$000
1876	393\$000	115\$000	517\$000
1877	391\$000	164\$000	472\$000
1878	387\$000	123\$000	429\$000
1879	384\$000	149\$000	384\$000
1880	457\$000	145\$000	356\$000
1881	402\$000	111\$000	384\$000
1882	441\$000	148\$000	390\$000
1883	368\$000	130\$000	385\$000
1884	390\$000	119\$000	390\$000
1885	450\$000	83\$000	380\$000
1886	430\$000	125\$000	385\$000
1887	649\$000	72\$000	502\$000
1888	420\$000	127\$000	498\$000
1889	513\$000	136\$000	484\$000
1890	530\$000	130\$000	475\$000
1891	880\$000	234\$000	513\$000
1892	920\$000	300\$000	533\$000
1893	1:020\$000	390\$000	548\$000
1894	1:060\$000	320\$000	595\$000
1895	1:218\$000	272\$000	599\$000
1896	1:313\$000	260\$000	682\$000

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Ano V; 1939/1940, p.1378.